

PARECER

*A Confirmação da Junta de Freguesia de Canidelo, da respetiva operação de reparcelamento e da minuta do contrato de desenvolvimento urbano, Eng.ª Luísa Aparício*  
*[Assinatura]*  
14.02.17

**De:** Divisão de Projetos Estruturantes

**Para:** Diretora Municipal de Urbanismo e Ambiente, Eng.ª Luísa Aparício

**Data:** 14-02-2017

**N/ Ref.ª:** 06/2017\_ P3.TR30\_CampoJogosCanidelo

**Assunto:** PROPOSTA DE UNIDADE DE EXECUÇÃO DO “CAMPO DE JOGOS DE CANIDelo E ÁREA ENVOLVENTE” - FREGUESIA DE CANIDelo, DA RESPECTIVA OPERAÇÃO DE REPARCELAMENTO E DA MINUTA DO CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Na reunião de 1 de setembro de 2008 a Câmara aprovou a minuta do protocolo celebrado no mesmo dia com a Junta de Freguesia de Canidelo e com 2 proprietários de terrenos adjacentes ao Campo de Jogos de Canidelo.

Este protocolo estabelecia os compromissos e os benefícios que se resumem nos quadros seguintes:

BENEFÍCIOS		
PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	JUNTA DE FREGUESIA DE CANIDelo
Obtenção dos lotes nº 1, 2, 3, 4 e 5 do loteamento (5470 m <sup>2</sup> )	Obtenção do lote nº 6 do loteamento (1094 m <sup>2</sup> ) Obtenção da área para espaços verdes (1906 m <sup>2</sup> )	Obtenção de área para ampliação do campo de jogos (9252 m <sup>2</sup> )

COMPROMISSOS		
PROPRIETÁRIOS DO TERRENO	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	JUNTA DE FREGUESIA DE CANIDelo
Requerer licenciamento da operação de loteamento e das obras de urbanização (2 meses após a receção dos projetos)	Envidar esforços para que o Plano Diretor Municipal contemple a solução urbanística objeto do protocolo	
	Fornecimento dos projetos da operação de loteamento e das obras de urbanização (3 meses após PDM de 2009)	
Requerer a emissão do alvará de loteamento/ <b>pagamento das taxas municipais respetivas</b> (2 meses após licenciamento)	Execução das obras de urbanização (orçamentadas em 544.455,00€ S/ IVA)	
Cedência do lote nº 6 ao Município (1094 m <sup>2</sup> )		
Cedência da área destinada a espaços verdes ao Município (1096 m <sup>2</sup> )		
Cedência da área à Junta de Freguesia de Canidelo (9252 m <sup>2</sup> )		

O protocolo referido não produziu quaisquer efeitos até à presente data, aparentemente devido ao elevado valor das taxas municipais que a firma proprietária do terreno teria de suportar para o licenciamento da operação de loteamento e obtenção do alvará respetivo, dificuldade a que não será alheia a atual conjuntura económica e financeira adversa.

Em alternativa ao loteamento previsto como instrumento para execução do protocolo em questão, apresenta-se a **proposta de Unidade de Execução do “Campo de Jogos de Canidelo e Área Envolvente”** e a respetiva Operação de Reparcelamento, bem como a minuta do Contrato de Urbanização, que contemplam no essencial os objetivos previstos no referido protocolo com vista à

reestruturação e ampliação do campo de jogos (de 8 695 m<sup>2</sup> para 15 757 m<sup>2</sup>), embora com uma implantação diferente, incluindo a cedência ao domínio público municipal da área de 3 152 m<sup>2</sup>, para estacionamento e passeios.

Em termos de obras de urbanização, a Câmara responsabiliza-se pela execução dos estacionamento e passeios na frente e toda a área de intervenção (Rua do Emissor, Rua da Bélgica e Rua de Bustes).

A aprovação da Unidade de Execução e da respetiva Operação de Reparcimento permitirá o registo na Conservatória do Registo Predial do lote 1 a favor dos proprietários dos terrenos originais e do lote 2 a favor da Junta de Freguesia de Canidelo, bem como a integração no domínio público municipal das áreas destinadas a estacionamento e passeios.

**Face ao exposto, propõe-se** que sejam submetidas a aprovação da Câmara, em reunião pública, a proposta da Unidade de Execução por Cooperação, designada proposta de **Unidade de Execução do “Campo de Jogos de Canidelo e Área Envolvente”** e da respetiva **Operação de Reparcimento**, bem como a proposta da minuta do **Contrato de Urbanização**, que se apresentam em anexo.

Após a aprovação dos documentos referidos no ponto anterior, e no âmbito do desenvolvimento da Unidade de Execução, deverão ser adotados os seguintes procedimentos nos termos previstos no nº 4 do artigo 120º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT):

- a. Submeter os documentos a discussão pública nos mesmos termos previstos para a elaboração de um Plano de Pormenor, por um período de 20 dias úteis;
- b. Publicar o aviso de abertura da discussão pública na 2ª série do Diário da República;
- c. Divulgar o início da discussão pública no sítio eletrónico do Município e na comunicação social;
- d. Ponderar todas as reclamações e sugestões;
- e. Ponderar a existência de sugestões a incorporar na proposta da Unidade de Execução e do Contrato de Desenvolvimento Urbano, bem como preparar a versão final dos documentos;
- f. Submeter a aprovação da Câmara Municipal, em reunião pública, o relatório de ponderação das sugestões e a proposta final da Unidade de Execução e do Contrato de Desenvolvimento Urbano;
- g. Divulgar no sítio eletrónico do Município e na comunicação social o resultado da discussão pública;



- h. Celebrar oportunamente o Contrato de Urbanização, subscrito pelas partes intervenientes - Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Canidelo e os proprietários dos terrenos abrangidos e posterior apresentação a registo predial;
- i. Com a celebração do Contrato de Desenvolvimento Urbano será revogado o protocolo celebrado em 1 de setembro de 2008 inicialmente referido, conforme expressamente previsto no mesmo.

A equipa técnica



(Conceição Fernandes, Dr.ª)



(Fátima Laranjeira, Dr.ª)

**Em anexo:**

- Propostas de Unidade de Execução do “Campo de Jogos de Canidelo e Área Envolvente” e respetiva Operação de Reparcelamento,
- Minuta do Contrato de Desenvolvimento Urbano

**MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO**

**resultante da 'Unidade de Execução da área envolvente ao Campo de Jogos de Canidelo'**

Entre:

Primeiro Outorgante: **Município de Vila Nova de Gaia**, contribuinte n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, 4400 – 117 Vila Nova de Gaia, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, na qualidade de representante da entidade competente para a elaboração da Unidade de Execução, delimitada no anexo ..... - Planta Cadastral;

Segunda Outorgante: **Junta de Freguesia de Canidelo**, contribuinte n.º ....., com sede na Rua António Ferreira Braga Júnior, 4400 – 364 - Canidelo, aqui representada pela Presidente da Junta de Freguesia de Canidelo, Maria José Gamboa Campos, que outorga no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Terceiro Outorgante: **José Luís de Oliveira Marques Gomes**, ....., contribuinte n.º 103641513, titular do Bilhete de Identidade n.º ....., emitido em ....., pelo arquivo de identificação do ....., residente na Rua do Campo Alegre, n.º 1156, 5.º DT. Código Postal 4150-000 Porto.

Quarto Outorgante: **Eugénio António Marques Gomes Bazenga**, ....., contribuinte n.º 156093154, titular do Bilhete de Identidade n.º ....., emitido em ....., pelo arquivo de identificação de ....., residente na Rua de Bustes, n.º 1201, Canidelo. Código Postal 4400-395 Vila Nova de Gaia.

**Considerando que,**

- A Segunda Outorgante é dona e legítima proprietária do prédio com a área total de **8.695m<sup>2</sup>**, inserido na área delimitada para a intervenção da referida Unidade de Execução, descrito na cláusula quinta e identificado no anexo ..... por prédio 3;
- O Terceiro Outorgante é dono e legítimo proprietário de um prédio com a área total de **10.785m<sup>2</sup>**, inserido na área delimitada para a intervenção da referida Unidade de Execução, descrito na cláusula quinta e identificado no anexo ..... por prédio 1;
- O Quarto Outorgante é dono e legítimo proprietário do prédio com a área total de **8.300m<sup>2</sup>**, inserido na área delimitada para a intervenção da referida Unidade de Execução, descrito na cláusula quinta e identificado no anexo ..... por prédio 2;
- Por deliberação de Câmara, na reunião de 1 de setembro de 2008, foi aprovado e assinado pelos outorgantes do presente Contrato o "*Protocolo de Colaboração para a ampliação e reconstrução do campo*

de jogos do Sport Clube de Canidelo e urbanização dos terrenos adjacentes”, documento que constitui o Anexo 1 ao presente Contrato e dele faz parte integrante.

- e) A ampliação e reestruturação do campo de jogos de Canidelo já foram efetuadas, em conformidade com a implantação prevista no *Protocolo* celebrado;
- f) Porém, face às contingências associadas à conjuntura económica do país e, em particular, do mercado imobiliário, todos os outorgantes consideram necessário proceder à revisão dos pressupostos que fundamentaram a celebração do *Protocolo* e, conseqüentemente, à alteração das suas cláusulas;
- g) Assim, em respeito pelos principais objetivos do *Protocolo* celebrado e salvaguardando a compatibilidade dos interesses públicos e privados em presença, propõe-se que a então prevista operação de loteamento seja substituída por outra operação de transformação fundiária, uma Unidade de Execução e respetiva Operação de Reparcelamento do solo, de acordo com as disposições do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, conforme previsto nos artigos 146º a 150º, conjugados com os artigos 164.º, 165.º e 167.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (adiante designado de RJIGT);
- h) A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no exercício das suas competências em matéria de ordenamento do território e urbanismo, aprovou na reunião pública realizada em ..... a ‘Unidade de Execução do Campo de Jogos de Canidelo e Área Envolvente’ e a respetiva Operação de Reparcelamento para a área delimitada na planta correspondente ao Desenho 7 - Planta Cadastral em anexo;
- i) A área de intervenção da Unidade de Execução incide sobre o “Campo de Jogos Manuel Marques Gomes”, na Freguesia de Canidelo e sobre a área envolvente a Norte, abrangendo uma área de 27.780m<sup>2</sup>. O sistema de execução adotado é o de Cooperação, em que a iniciativa de execução da operação pertence ao Município, com a cooperação de todos os outorgantes, que atuarão coordenadamente, nos termos do presente instrumento contratual (conforme artigo 150º do RJIGT). O Contrato de Urbanização estabelece os direitos e as obrigações entre o Município e os outorgantes anteriormente identificados, proprietários dos prédios abrangidos pela Unidade de Execução;
- j) O RJIGT, bem como o interesse público inerente a esta intervenção, impuseram que as operações urbanísticas nos prédios atrás identificados fossem precedidas da elaboração, discussão pública e aprovação da Unidade de Execução a que se refere este Contrato, tendo por base uma solução urbanística de conjunto, articulada com a envolvente e enquadrada no regime de uso do solo e nos critérios de transformação do território previstos no PDM em vigor (publicado na 2ª série do Diário da República, Aviso nº 14327/2009, de 12 de agosto de 2009), sendo que a Operação de Reparcelamento, por ser da iniciativa municipal, será por isso dispensada do pagamento de taxas municipais;
- k) O PDM em vigor prevê na Carta de Execução do Plano da Planta de Ordenamento a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) com referência “CD5 — Campo de Jogos de Canidelo”, cujos objetivos são, entre outros, viabilizar a ampliação e reestruturação do atual Campo de Jogos de Canidelo, bem como a requalificação urbanística da área envolvente a este equipamento desportivo, conforme previsto no anexo V do regulamento do PDM;

- l) De acordo com o regulamento do PDM, esta Unidade Operativa de Planeamento e Gestão deve ser concretizada através de Plano de Pormenor ou Unidade de Execução;
- m) A Câmara Municipal reconhece o interesse público e a oportunidade desta operação, uma vez que a Unidade de Execução e a respetiva Operação de Reparcelamento garante a cedência necessária para viabilizar a ampliação e reestruturação do equipamento desportivo;
- n) De acordo com a alínea h), do nº 1 do artigo 3.º, da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e com os artigos 146º a 150º do RJIGT, que concretiza o princípio da concertação de interesses públicos e privados envolvidos na ocupação do território, as partes reconhecem o interesse e as vantagens mútuas na colaboração contratualizada, que permitirá a realização dos objetivos acima enunciados;
- o) A proposta de Unidade de Execução, da Operação de Reparcelamento e da minuta do Contrato de Urbanização, foram aprovadas na reunião pública de Câmara de ....., com discussão pública decorrida entre ..... e ..... e a aprovação da versão final na reunião pública de Câmara de .....

As partes acordam de boa-fé e reciprocamente aceitam o presente contrato e todos os seus 8 (oito) anexos, que se rege nos termos e pelas cláusulas seguintes:

#### ***Cláusula primeira***

##### ***(Objeto do Contrato)***

O presente Contrato tem por objeto regulamentar as relações entre as partes outorgantes, tendo em vista viabilizar a ampliação e reestruturação do atual Campo de Jogos de Canidelo, bem como a requalificação urbanística da área envolvente a este equipamento desportivo, melhor delimitada no Desenho 9 – Planta de Cedências em anexo que faz parte integrante do presente Contrato, correspondendo a uma área com cerca de 2,8 hectares, cuja solução urbanística da Unidade de Execução e respetiva Operação de Reparcelamento se representam nos Desenhos 8 e 10 respetivamente em anexo, fazendo parte integrante do presente Contrato.

#### ***Cláusula segunda***

##### ***(Obrigações do Primeiro Outorgante)***

1. O Primeiro Outorgante compromete-se, de forma célere, nos prazos legalmente previstos ou fixados no presente Contrato, a promover todos os procedimentos da sua responsabilidade e competência, nomeadamente:
  - a) Emitir a certidão de aprovação da Operação de Reparcelamento no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura do presente Contrato;
  - b) Registrar a Operação de Reparcelamento aprovada no Serviço de Finanças e na Conservatória do Registo Predial, nos termos do presente Contrato, no prazo de 30 dias a contar da data da emissão da certidão de aprovação da Unidade de Execução;

- c) Suportar as despesas relativas à participação à Conservatória do Registo Predial do ato de transformação fundiária correspondente à operação de reparcelamento;
- d) Proceder, no prazo de 12 meses a contar da data da assinatura do presente Contrato, à realização das obras de pavimentação dos estacionamento e passeios adjacentes aos novos lotes resultantes da operação de reparcelamento.

#### ***Cláusula terceira***

##### ***(Obrigações da Segunda Outorgante)***

A Segunda Outorgante compromete-se a apoiar e colaborar com os restantes Outorgantes na concretização da Unidade de Execução, procurando promover, em conjunto com o Primeiro Outorgante, a requalificação da área envolvente ao campo de jogos de Canidelo, promovendo ainda todos os procedimentos da sua responsabilidade, nomeadamente suportando as despesas relativas ao registo predial da parcela que lhe é destinada, melhor identificada na cláusula sexta e no Desenho 10 em anexo, aquando do registo da Operação de Reparcelamento na Conservatória do Registo Predial.

#### ***Cláusula quarta***

##### ***(Obrigações dos Terceiro e Quarto Outorgantes)***

Os Terceiro e Quarto Outorgantes concordam com a Operação de Reparcelamento e com o conteúdo da Unidade de Execução sintetizados nos Desenhos 8 e 10 respetivamente em anexo, comprometendo-se a participar na concretização desta Unidade de Execução e do presente Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis, nos prazos legalmente previstos ou fixados neste Contrato, promovendo todos os procedimentos da sua responsabilidade, nomeadamente suportando as despesas relativas ao Registo Predial do lote que lhes é destinado, melhor identificado na cláusula sexta e no Desenho 10 em anexo, aquando do registo da Operação de Reparcelamento na Conservatória do Registo Predial.

#### ***Cláusula quinta***

##### ***(Área de Intervenção da Unidade de Execução)***

1. A área de intervenção da Unidade de Execução corresponde à área delimitada no Desenho 9 em anexo ao presente Contrato, e que dele faz parte integrante.
2. A incidência territorial desta Unidade de Execução tem uma área de **27.780m<sup>2</sup>**, a qual engloba os prédios propriedade da Segunda, Terceiro e Quarto Outorgantes, que possuem as seguintes inscrições matriciais e descrições prediais:
  - a) Segunda Outorgante - Prédio urbano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 4070 freguesia de Canidelo, correspondente ao artigo matricial U 1829 de Canidelo, (conforme Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial, ambos no anexo 4), inscrito a favor de **Junta de Freguesia de Canidelo**, com uma área total de 8.695m<sup>2</sup>,

adiante designado por **prédio 3** e representado no Desenho 7 em anexo, que constitui parte integrante do presente Contrato;

- b) Terceiro Outorgante - Prédio urbano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 6256 freguesia de Canidelo, correspondente ao artigo matricial U 1828 da Freguesia de Canidelo, (conforme Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial, ambos no anexo 2), inscrito a favor de **José Luís de Oliveira Marques Gomes**, com uma área total de 10.785m<sup>2</sup>, adiante designado por **prédio 1** e representado no Desenho 7 em anexo, que constitui parte integrante do presente Contrato;
- c) Quarto Outorgante - Prédio rústico, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 6283 freguesia de Canidelo, correspondente ao artigo matricial R 215 da Freguesia de Canidelo, (conforme Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial, ambos no anexo 3), inscrito a favor de **Eugénio António Marques Gomes Bazenga**, com uma área total de 8.300m<sup>2</sup>, adiante designado por **prédio 2** e representado no Desenho 7 em anexo, que constitui parte integrante do presente Contrato.

#### **Cláusula sexta**

##### **(Efeitos)**

1. Nos termos do disposto no artigo 169º do RJIGT, com a Unidade de Execução e a Operação de Reparcelamento aprovadas, bem como com a celebração do presente Contrato, produzem-se os seguintes efeitos:

- a) Substituição, com plena eficácia real, dos antigos prédios pelas novas parcelas e novo lote;
- b) Transmissão para a Câmara Municipal, de pleno direito e livre de quaisquer ónus ou encargos, da parcela destinada a arruamentos, estacionamento e passeios que, de acordo com a Operação de Reparcelamento, devam integrar o Domínio Municipal, nos termos que constam nas plantas correspondentes aos Desenhos 9 e 10 anexos ao presente Contrato, descritas no ponto 2 abaixo.

2. Em resultado da aprovação da Unidade de Execução e da Operação de Reparcelamento, bem como da assinatura do presente Contrato, será integrada no Domínio Municipal a área de 3.152 m<sup>2</sup> destinada a infraestruturas (arruamentos, estacionamento e passeios);

3. Em resultado da aprovação da Unidade de Execução e da Operação de Reparcelamento, bem como da assinatura do presente Contrato, será integrada no **Domínio Privado da Junta de Freguesia de Canidelo** uma área de 15.757 m<sup>2</sup>, destinada a equipamento de utilização coletiva (alteração do campo de jogos de Canidelo, campo de treinos e equipamento de utilização coletiva), que para todos os efeitos é contabilizada como área de cedência de "Áreas de Apoio Coletivo", conforme Desenhos 8 e 10 em anexo.

4. Em resultado da aprovação da Unidade de Execução e da Operação de Reparcelamento, bem como da assinatura do presente Contrato, resultará um novo lote (Lote 1) a inscrever a favor de **José Luís de Oliveira Marques Gomes** (Terceiro Outorgante) e de **Eugénio António Marques Gomes Bazenga** (Quarto Outorgante), em regime de compropriedade na proporção de 56,5% e 43,5% respetivamente, com uma área de **8.871 m<sup>2</sup>**,

cuja edificabilidade máxima corresponde a **15.268 m<sup>2</sup>** de construção acima do solo, conforme Desenho 10 em anexo que faz parte integrante do presente Contrato.

**Cláusula sétima**

**(Vigência do Contrato)**

O presente Contrato vigora desde a data da sua assinatura até à execução integral de todas as operações previstas na Unidade de Execução.

**Cláusula oitava**

**(Notificações e Comunicações)**

1. Todas as notificações ou outras comunicações a realizar no âmbito do presente contrato deverão ser efetuadas por escrito, por meio de carta registada com aviso de receção, a enviar para os seguintes endereços:

- a) Primeiro Outorgante: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua Álvares Cabral, 4400-117 - Vila Nova de Gaia;
- b) Segunda Outorgante: Junta de Freguesia de Canidelo, Rua António Ferreira Braga Júnior, 4400-364 Canidelo;
- c) Terceiro Outorgante: José Luís de Oliveira Marques Gomes, Rua do Campo Alegre, n.º 1156, 5.º DT.  
4150-000 Porto;
- d) Quarto Outorgante: Eugénio António Marques Gomes Bazenga, Rua de Bustes, n.º 1201, Canidelo  
- 4400-395 Vila Nova de Gaia.

2. Os Terceiro e Quarto Outorgantes ficam obrigados a comunicar por escrito ao Primeiro Outorgante qualquer alteração dos endereços acima indicados.

**Cláusula nona**

**(Alterações e Aditamentos)**

Todos os aditamentos e alterações ao presente Contrato só serão válidos se realizados por escrito e assinados por todas as partes, com expressa indicação da cláusula ou cláusulas aditadas, modificadas ou suprimidas.

**Cláusula décima**

**(Resolução)**

O presente Contrato pode ser resolvido unilateralmente e a todo o tempo pelo Primeiro Outorgante com base na violação das obrigações assumidas pelos Segunda, Terceiro e Quarto Outorgantes, bem como por razões de interesse público subjacente ao presente objeto deste contrato, nos termos legalmente definidos pelo Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula décima primeira**

**(Incumprimento)**

1. O incumprimento do Contrato pelo Primeiro Outorgante, por razões de fundado interesse público, dará lugar a indemnização na medida proporcional aos encargos entretanto suportados pelos Segunda, Terceiro e Quarto Outorgantes relacionados com a implementação da Unidade de Execução.
2. O incumprimento do contrato pelos Segunda, Terceiro e Quarto Outorgantes, por razões que lhe sejam unicamente imputáveis, dará lugar a indemnização na medida proporcional aos encargos entretanto suportados pelos restantes Outorgantes relacionados com a implementação da Unidade de Execução.

**Cláusula décima segunda**

**(Resolução de Conflitos)**

1. Para a resolução de qualquer conflito respeitante à interpretação ou execução do presente Contrato, as partes procurarão obter um acordo justo e adequado, no prazo máximo de 30 dias contado da data em que qualquer um dos contratantes envie ao outro notificação para esse efeito.
2. Na ausência do acordo referido no número anterior, a parte interessada notificará a outra da sua intenção de submeter a matéria da divergência a Tribunal Arbitral, que será constituído e funcionará nos termos do disposto no Código de Processo dos Tribunais Administrativos.
3. Se as partes não chegarem a acordo para a nomeação de um árbitro único, no prazo de 10 dias contados da notificação referida no número anterior, o Tribunal Arbitral será constituído por árbitros, nomeando cada uma das partes um outro designado por acordo entre os anteriores ou, na falta desse acordo ou de nomeação do árbitro, serão esses nomeados pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo do Porto.
4. Os árbitros definirão, após a constituição do Tribunal, as regras de funcionamento e processuais da arbitragem, devendo a decisão ser emitida no prazo máximo de seis meses após a constituição do Tribunal, salvo motivo ponderável e fundamentado.
5. O objeto do litígio será definido pelo Tribunal Arbitral perante o pedido constante da petição inicial e a posição assumida pela parte contrária na sua contestação ou face a acordo das partes nesse sentido.

**Clausula décima terceira**

**(Revogação de Protocolo)**

Todos os Outorgantes acordam revogar o *Protocolo* celebrado entre todos em 1 de setembro de 2008 e aprovado na reunião de Câmara no mesmo dia, prescindindo, ainda, de todas e quaisquer indemnizações, seja a que título for, resultantes de tal revogação.

Feito aos ..... dias do mês de ..... do ano de 2017, em ..... exemplares com valor de original, ficando um deles em poder do Primeiro Outorgante e os outros em poder dos Segunda, Terceiro e Quarto Outorgantes.

PRIMEIRO OUTORGANTE

.....  
*Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues*

SEGUNDA OUTORGANTE

.....  
*Presidente da Junta de Freguesia de Canidelo, Maria José Gamboa Campos*

TERCEIRO OUTORGANTE

.....  
*José Luís de Oliveira Marques Gomes*

QUARTA OUTORGANTE

.....  
*Eugénio António Marques Gomes Bazenga*

**Anexos do Contrato de Urbanização** (a juntar oportunamente):

Anexo 1 – Protocolo de colaboração celebrado no dia 1 de setembro de 2008 (... páginas)  
Anexo 2 – Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial Rústica ambos do prédio 1 (... páginas)  
Anexo 3 – Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial Rústica ambos do prédio 2 (... páginas)  
Anexo 4 – Certidão da Conservatória do Registo Predial e Caderneta Predial Rústica ambos do prédio 3 (... páginas)  
Desenho 7 – Planta Cadastral  
Desenho 8 – Planta da Solução Urbanística  
Desenho 9 – Planta de Cedências  
Desenho 10 – Planta de Reparcimento